

APRESENTAÇÃO

A contribuição do povo negro na formação econômica, cultural e social brasileira ainda é pouco reconhecida, as causas dessa invisibilidade é o racismo ainda impregnado no tecido social brasileiro. Fruto dessa nefasta estrutura, o território de guarda do sagrado de matriz africana vem ao longo de suas formações sofrendo o apagamento das suas contribuições à formação da sociedade brasileira com efetivas tentativas de silenciamento desses espaços. Trazendo para a realidade amazônica, na qual o Estado do Pará está inserido, o pensamento em torno da região também reforça a narrativa da não efetiva participação do povo negro na formação social paraense, o que tem sido confrontado, primeiramente pelo próprio povo negro em seus mais diversos territórios de subjetivação, manutenção e guarda de muitas tradições de matriz africana, assim como, uma vasta literatura local produzida sobre e com esses sujeitos, nos últimos 20 anos, sobretudo, como os trabalhos de Vicente Salles, Anaiza Vigolino, Napoleão Figueiredo, José Maia Neto, Zélia Amador de Deus, Marilu Márcia Campelo entre outros, o que tem provocado uma ruptura em tal lógica de pensamento, entretanto pouco difundida e/ou não refletidas na adoção de políticas públicas voltadas a garantia da vida e do exercício pleno de viver as diferenças sem a subalternização das mesmas.

Atento a este movimento o Governo do Estado do Pará, através do Conselho Estadual de Segurança Pública, em articulação com os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana – POTMAS busca romper com a lógica colonial que subalterniza outras humanidades, portanto, as cosmogonias e cosmologias, implementando o 1º Plano Estadual de Políticas Públicas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (POTMA), que visa, primeiramente, deseducar a sociedade paraense do racismo e promover a construção coletiva de políticas públicas voltadas ao reconhecimento dos territórios de matriz africana, como mantenedores das tradições, dos saberes, dos costumes, das línguas africanas incorporadas nas dinâmicas sociais, culturais, econômicas do Estado do Pará e para a garantia do direito de guarda do sagrado nas suas especificidades.

Importa ressaltar que, este movimento é fruto da luta histórica do povo negro, desde a formação dos primeiros territórios de resistência negra ao regime escravista, os quilombos ou mocambos, passando pelas imandades religiosas chegando às organizações de cunho reivindicativas.

No que tange às reivindicações, a Região Metropolitana de Belém, passou nas últimas décadas, por um crescente índice de violência contra os Povos Tradicionais de Matrizes Africanas. Esses fatos foram denunciados ao Ministério Público Federal e Estadual, entretanto, não se teve a implementação de medidas para a garantia de direitos mediante as denúncias relatadas, pelo contrário, em pleno aniversário da cidade de Belém, Povos Tradicionais de Matrizes Africanas foram agredidos aos olhos da sociedade paraense.

Foi por esse motivo que autoridades e lideranças tradicionais de matriz africana, mediante a representação do CEDENPA no CONSEP, apresentaram documentos em que mobilizaram organizações do movimento negro em todo o território nacional, para conjuntamente com as organizações locais, assinassem o ofício ao Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará – CONSEP-PA, denunciando o clima de insegurança e os assassinatos ocorridos entre os anos de 2015 e 2016, registrados nos jornais locais, a saber, pelas datas de publicação de notícias:

1. 05/10/2015 - Pai Roberto Ruan Neves da Silva, 22 anos. (Castanhal);
2. 02/12/2015 – Babalorixá Bessen ny Odo - Marco Antônio Albuquerque da Cruz, 50 anos. (Belém, bairro da Pratinha);
3. 17/12/2015 - Pai José Flávio Ferreira de Andrade, 36 anos. (Benevides);
4. 23/12/2015 – Pai Xoroquê do Brasil, Raimundo Nonato Ferreira, 50 anos, (Belém, bairro de Águas Negras);
5. 08/08/2016 – Babalorixá Sigbonile - José Mário Cavalcante da Silva, 39 anos. (Ananindeua, bairro do Icuí).

E logo em seguida da solicitação ser protocolada, mais um caso resultou na morte de uma autoridade de povo tradicional de matriz africana:

6. 29.09.2016 – Huntó Jigongoji – Ivonildo dos Santos, o Nego Banjo, 69 anos (Belém)

O assassinato do Huntó Jigongoji mobilizou ainda mais as comunidades de POTMA e atingiu também, os grupos culturais, pois o mesmo atuava em grupos de dança, de capoeira e de música, provocando matérias em jornais, emissoras de rádio e emissoras de televisão com várias manifestações, inclusive em redes sociais, alertando para o genocídio do povo negro e para o etnocídio das tradições de matriz africana no estado do Pará.

O CONSEP-PA aprovou a solicitação através da Resolução nº 306, de 30 de novembro de 2016, homologada pelo Decreto nº 1.690, de 03/02/2017, que atendeu a reivindicação e oficializou o Grupo de Trabalho. Os integrantes foram designados pela Portaria nº 008/CONSEP, de 22 de março de 2017.

O Grupo de Trabalho foi instalado pelo Conselho Estadual de Segurança Pública na tarde da terça-feira, 11 de abril de 2017 no **Terreiro de Tambor de Mina Dois Irmãos, o mais antigo de Belém, no Pará, fundado em 1890 e Tombado pelo Patrimônio Cultural do Pará em 2010, localizado na passagem Pedreirinha, bairro do Guamá.**

O Grupo de trabalho teve por finalidade investigar a violência contra as matrizes africanas e projetar políticas públicas de segurança e proteção aos cultos afro-brasileiros no Estado do Pará (extraído do Relatório do GT de Matriz Africana finalizado em 26/02/18).

Ao final dos trabalhos, o relatório final elencou várias recomendações dentre as quais, a transformação do GT em Comitê permanente, fato que se concretizou através da Resolução nº. 353/2018/CONSEP, homologada pelo Decreto nº. 14/2019, publicado no DOE nº. 33793 de 30/01/2019.

A luta dos Povos Afros no Estado do Pará são centenárias, longas e constantes. Em 1891, apenas três anos após a abolição da escravatura, uma maranhense naturalizada na cidade de Codó (MA), Rosa Viveiros, Nochê Navanakoly, conhecida como Mãe Doca - filha de santo do africano Manoel-Teu-Santo, enfrentou o racismo e outros preconceitos da época e inaugurou seu Terreiro de Tambor de Mina na capital paraense. Lutou por cidadania e o direito humano de consciência religiosa (<https://www.alepa.pa.gov.br/condecoracoesmedalhas.asp>).

Segundo Acayaba (2007), por volta da década de 1930, o movimento afro-religioso se formou a partir da criação das primeiras entidades representativas dos umbandistas e/ou dos candomblecistas. Entretanto, na passagem do século 20 para o século 21, ainda se observava a defesa da prática religiosa, como principal ponto de pauta de seus representantes. Muito se sabe que, desde o período colonial, as práticas religiosas vinculadas aos negros sempre foram motivos de preceguições pela igreja católica, pela igreja protestante e pelo próprio Estado (SILVA, 2007).

No ano de 2012, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SEGUP, criou o seu primeiro Plano estratégico do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social (2012-2032), utilizando-se o processo de Grumbach para o seu desenvolvimento. De acordo com MARCIAL (2008), este mecanismo de gestão é constituído por várias técnicas e métodos como: o brainstorming, os Métodos Delphi, e de impactos cruzados, teorema de Bayes, a simulação Monte Carlo, teoria dos jogos e o processo de simulação. Porém, ao analisá-lo, não é possível observar nenhuma iniciativa estratégica direcionada diretamente aos movimentos Afro-religiosos.

A expressão Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana foi criada somente no ano de 2013, no Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana desenvolvido no âmbito da Seppir. Tratando-se da garantia de direitos prevista na Constituição Federativa de 1988, se faz necessário alguns questionamentos sobre o diminuto avanço de políticas públicas direcionadas aos POTMAS: o Estado Brasileiro é realmente racista com os negros que o constitui ou as narrativas vivenciadas há décadas dos ativistas que resistem ao sistema, negacionista e brutal, não condiz com a série histórica das políticas públicas direcionadas? Como podemos melhorar as políticas públicas direcionadas aos Povos Tradicionais de Matriz Africana no âmbito nacional e no próprio Estado do Pará?

No ano de 2018, foi criado o Comitê Permanente de Religião de Matriz Africana – CPRMA que tem a finalidade de propor políticas que protejam e defendam a vida de pessoas ameaçadas por motivo de Intolerância e Racismo Religioso.

Em 2019, foi instituída uma nova comissão para a elaboração do novo Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, neste sentido, buscar-se-á, alinhados com o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), para a implementação das políticas públicas de segurança e defesa social (Decreto Nº 75, de 24 de abril de 2019).

Em 2021 a SEGUP conjuntamente com um Comitê Gestor composto por: Rodrigo Martins do Vale, Nilson Almeida de Sousa Filho, Igor Lopes Neri, Marilu Márcia Campelo, Denise Machado Cardoso, Aluiz Palheta Rodrigues, Jonoerondi da Silva Souza, José Carlos Brandão de Carvalho Júnior, Maria Luiza de Carvalho Nunes, Yasmin Kaline Alves Medeiros, Leilane Carvalho Reis de Araújo, Vanessa Santa Brígida Moura Bastos, Elza Fátima Rodrigues Santos, Maria Odete de Lima Teixeira e Edson Silva Barbosa, iniciaram o desenvolvimento do Plano Estadual dos Povos Tradicionais de Matriz Africana o qual contempla uma visão de presente, considerando a análise de ambientes (interno e externo) aos trabalhos do Comitê Gestor, bem como uma visão de futuro, considerando cenários prospectivos às políticas públicas voltadas aos POTMAS.

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013)

“Povos e comunidades tradicionais de matriz africana são definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos para cá transladados durante o sistema escravista, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade.”

Começaram a ser organizados, a partir da chegada dos primeiros africanos, principalmente por mulheres como forças motrizes e reagregadoras de pessoas que tiveram arrancadas suas